



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000076043**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1002022-06.2024.8.26.0541, da Comarca de Santa Fé do Sul, em que é apelante MARIA DE FATIMA DA MATA SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados BANCO DAYCOVAL S/A, BANCO BRADESCO S/A e BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma III (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ROBERTO MAC CRACKEN (Presidente sem voto), GILBERTO FRANCESCHINI E PAULO TOLEDO.

São Paulo, 31 de janeiro de 2025.

**MARA TRIPPO KIMURA**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

**VOTO Nº 2176**

**APELAÇÃO Nº: 1002022-06.2024.8.26.0541**

**COMARCA: SANTA FÉ DO SUL**

**ORIGEM: 3ª VARA CÍVEL DE SANTA FÉ DO SUL**

**JUIZ DE 1ª INSTÂNCIA: RAFAEL ALMEIDA MOREIRA DE SOUZA**

**APELANTE: MARIA DE FATIMA DA MATA SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA)**

**APELADOS: BANCO BRADESCO S/A E OUTROS**

DIREITO CIVIL. APELAÇÃO. REPACTUAÇÃO DE DÍVIDAS. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA.

I. Caso em Exame

1. Ação de repactuação de dívidas julgada extinta por falta de interesse de agir. Autora que interpôs apelação alegando inobservância do procedimento previsto pela Lei 14.181/21, requerendo a anulação da sentença e a procedência da ação.

II. Questão em Discussão

2. A questão em discussão consiste em determinar se a situação da autora configura superendividamento nos termos da legislação vigente, justificando a repactuação das dívidas.

III. Razões de Decidir

3. Inexistência de superendividamento, uma vez que a autora possui renda suficiente para suas despesas, sem comprometimento do mínimo existencial.

IV. Dispositivo

4. Recurso desprovido.

### **Vistos.**

Trata-se de recurso de apelação interposto contra a r. sentença de fls. 83/86, cujo relatório é adotado, que julgou indeferiu a petição inicial por falta de interesse de agir, nos termos dos artigos 330, III, e 485, I, ambos do Código de Processo Civil. A autora foi condenada ao pagamento das custas processuais, suspensa a exigibilidade em razão da justiça gratuita concedida.

Inconformado, o autor recorre às fls. 89/98, pretendendo a concessão de tutela antecipada de urgência para suspensão de cobranças, a anulação da sentença e, por fim, a procedência da ação para que seja instaurado processo de repactuação de dívidas por superendividamento.

Recurso tempestivo e isento de preparo, pois a apelante é

beneficiária da justiça gratuita concedida, conforme sentença (fl. 86).

Citação dos requeridos (fls. 101/110), seguido de pedido de habilitação do Banco Daycoval S.A. (fls. 111/112), que apresentou suas contrarrazões às fls. 187/198.

Contrarrazões apresentadas pelo Banco Bradesco às fls. 276/291, intempestivamente (fls. 273).

Não houve oposição ao julgamento virtual.

### **É o relatório.**

Prejudicado pedido de tutela antecipada ante o julgamento.

A apelação não comporta provimento.

Ao contrário do que sustenta a apelante em suas razões, a ação não foi extinta pela ausência de apresentação de plano de pagamento, mas sim por entender o juízo “a quo” pela falta de interesse de agir da autora, consequência do não preenchimento de um dos requisitos para instauração do procedimento de repactuação de dívidas – o superendividamento.

Como consta na sentença: *“Por tais razões, verifica-se de plano a inexistência de Superendividamento no caso dos autos, uma vez que a totalidade das dívidas da consumidora não comprometem o mínimo existencial definido por lei, o que impede o manejo da presente medida judicial.*

*Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente ação de repactuação de dívidas, fundada na Lei de Superendividamento, movida por MARIA DE FÁTIMA DA MATA SANTOS contra o BANCO BRADESCO S/A e OUTROS, nos termos dos artigos 330, III, e 485, I, ambos do Código de Processo Civil.”*

A repactuação de dívidas, conforme previsto nos artigos 104-

A e 104-B da Lei nº 8.078/1990, confere ao consumidor superendividado a possibilidade de apresentar proposta de plano de pagamento de seus débitos, com prazo máximo de 5 (cinco) anos, ainda preservando-lhe o mínimo existencial.

Segundo se infere do teor do §1º do artigo 54-A do mesmo diploma legal, o superendividamento é caracterizado pela incapacidade econômica do consumidor de honrar com a totalidade das dívidas por ele contraídas sem prejuízo de seu mínimo existencial.

Referido procedimento, incluído pela Lei nº 14.181/2021, é disciplinado pelo Decreto nº 11.150/2022, que assim estabelece no artigo 3º: *'Art. 3º No âmbito da prevenção, do tratamento e da conciliação administrativa ou judicial das situações de superendividamento, considera-se mínimo existencial a renda mensal do consumidor pessoa natural equivalente a R\$600,00 (seiscentos reais)'*.

Portanto, constitui requisito indispensável para a repactuação de dívidas em decorrência do superendividamento a comprovação de um mínimo existencial inferior ao piso fixado no supramencionado Decreto, ou em julgado do Exmo. Desembargador Dr. Roberto Mac Craken:

*AÇÃO DE REPACTUAÇÃO DE DÍVIDA. SUPERENDIVIDAMENTO. 1. CONTRATOS SUJEITOS À REPACTUAÇÃO. Todos os compromissos financeiros decorrentes de relação de consumo, inclusive operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada estão sujeitos à repactuação decorrente de superendividamento (art. 54-A, §2º, CDC). Disposição do Decreto nº 11.150/2022 (art. 4º, p. único, I, h) que não revoga lei federal. 2. MÍNIMO EXISTENCIAL. A quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) é apenas uma referência, pois o Decreto nº 11.150/2022 não previu nenhuma forma de correção monetária do valor, não abordando a questão da variação de preço dos produtos e dos serviços apurados pelo IBGE. A Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, em seu artigo 1º, já dispõe sobre o mínimo existencial. Um salário-mínimo, líquido, é a melhor referência legal para quantificar o custo de vida quando o tema é o mínimo para existência do ser humano em sociedade, hoje no importe de R\$ 1.412,00 (mil e quatrocentos e doze reais). 3. PROCEDIMENTO. A ação de*

*pagamento de dívidas em razão de superendividamento é composta de 2 (duas) fases. A primeira, conciliatória, em que o consumidor apresenta a proposta de pagamento submetida aos credores em audiência de conciliação (art. 104-A, CDC) e a segunda fase, em caso de conciliação infrutífera, caracterizada pelo plano judicial compulsório (art. 104-B, CDC). A rejeição da proposta de pagamento iniciará a segunda fase do procedimento (art. 104-B, CDC), cuja necessidade, adequação e utilidade será averiguada a partir da condição de hipossuficiência do consumidor. O escopo é preservar o mínimo existencial. 4. CASO CONCRETO. O resultado da subtração entre a remuneração do autor e os descontos perpetrados pelas instituições financeiras compromete o mínimo existencial, o que impõe a instauração de processo por superendividamento para revisão e integração dos contratos e para repactuação das dívidas remanescentes mediante plano judicial compulsório (art. 104-B, CDC). R. sentença reformada. Recurso de apelação provido, com determinação. (TJSP; Apelação Cível 1012792-53.2023.8.26.0554; Relator (a): Roberto Mac Cracken; Órgão Julgador: 22ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santo André - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 02/12/2024; Data de Registro: 02/12/2024).*

De fato, de acordo com o relatado na petição inicial (tabela de fls. 7), a autora teria renda mensal de R\$ 6.023,49 e, deste total, R\$ 3.312,18 estariam comprometidos, ou aproximadamente 55% de seus rendimentos. As informações são corroboradas pelos dados do holerite (fls. 30): a autora tem renda bruta de R\$8.340,46, subtraindo-se os descontos legais de cerca de 2 mil reais e os descontos de consignados, ainda lhe resta a renda mensal de R\$ **3.122,43**, valor que supera o mínimo existencial delimitado pelo artigo 3º do Decreto nº 11.150/2022 (R\$600,00), bem como o salário mínimo. Assim, a autora realmente não preenche um dos requisitos para a repactuação intentada.

Portanto, de rigor o desprovisionamento do recurso, mantida a r. sentença, pelos fundamentos nela expostos, nos termos do artigo 252 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Pelo fato de a apelada ter ofertado contrarrazões, arbitro os



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

honorários dos seus advogados em R\$ 1.000,00, na forma do parágrafo 8º, do artigo 85, do Código de Processo Civil.

Finalmente, apenas para evitar futuros questionamentos desnecessários, tenho por expressamente ventilados, neste grau de jurisdição, todos dispositivos legais e constitucionais citados em sede recursal.

Observo ainda que a função do julgador é decidir a lide de modo fundamentado e objetivo, portanto desnecessário o enfrentamento exaustivo de todos os argumentos elaborados pelas partes.

Diante do exposto, pelo meu voto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso.

**MARA TRIPPO KIMURA**

**Relatora**